

PAULO RICCA



As práticas de Medicina Dentária em Portugal são semelhantes às americanas: usam amálgamas de mercúrio e compósitos

# Activistas anti-amálgama condenam estudos

## TRATAMENTOS SÃO REGULARES

Investigadores negam razões de ordem económica e ética na escolha de Portugal para a realização dos ensaios clínicos

ANA CRISTINA PEREIRA

A preocupação fulcral do “Casa Pia Study” é generalizar os resultados dos ensaios clínicos aos Estados Unidos, que são, afinal, quem paga a factura. Portugal não terá sido escolhido para fugir a questões de natureza ética, mas nem por isso os investigadores escapam às duras críticas dos detractores da amálgama.

“Às vezes, os ensaios clínicos são conduzidos no estrangeiro para minimizar os custos”, admite o investigador principal, Timothy A. DeRouen, num artigo publicado na revista científica “Controlled Clinical Trials”. Não terá sido este o caso.

É certo que é mais barato aplicar os tratamentos dentários em Portugal do que nos Estados Unidos. Mas as muitas viagens que os cientistas têm de fazer entre Seattle e Lisboa – “para supervisionar e coordenar o estudo” – acabam por esbater “essa poupança”.

A equipa da Universidade de Washington terá mesmo chegado a ponderar a hipótese de fazer a investigação nos Estados Unidos. Experiências tidas no Nordeste do Pacífico

e trabalho de campo feito por estudantes do terceiro ano do curso de Medicina Dentária em Washington puseram a nu a existência de crianças carentes de tratamento médico oral com reduzida exposição às amálgamas de mercúrio. Mas, garante DeRouen, seria “difícil” manter o contacto de longo prazo.

Os alunos da Casa Pia não são “marcadamente diferentes” das crianças americanas. Os investigadores só tiveram de assegurar que as práticas de medicina dentária portuguesas eram semelhantes às americanas: amálgamas de mercúrio e compósitos de resina ou cerâmica.

### “Baratos porcos-da-índia”

O “Casa Pia Study” nem sempre surge na Internet como uma esperança de avanço científico. Alguns activistas anti-amálgama, para quem a substância “tem mercúrio e basta”, condenam o ensaio e sustentam que não se fez nos Estados Unidos “por medo de extensos processos judiciais posteriores”. Confrontado com a existência destes comentários, DeRouen, que esteve recentemente em Portugal, confessou-se “incomodado”: “São depoimentos apaixonados. Não estamos a fazer nada aqui que provocasse processos judiciais nos Estados Unidos”.

Para derrubar as críticas, que, de resto, conhecia, o investigador conta com um argumento de peso: o National Institute of Dental and Craniofacial Research (NIDCR) está a patrocinar

*“Às vezes, os ensaios clínicos são conduzidos no estrangeiro para minimizar os custos”*

*“São depoimentos apaixonados. Não estamos a fazer nada aqui que provocasse processos judiciais nos Estados Unidos”*

TIMOTHY A. DEROUEN  
INVESTIGADOR PRINCIPAL DO ESTUDO

*“Infelizmente, sabemos que o abuso sexual afecta muitas pessoas, de várias idades, vivendo em paz ou em guerra. Isso é que se tem de discutir. E não provocar. Aqueles estão a estudar os rapazes pobres” – é fácil fazer essa crítica”*

JORGE LEITÃO  
DIRECTOR DO ESTUDO EM PORTUGAL

um estudo semelhante nos Estados Unidos, uma espécie de projecto “irmão”, em New England. Mas o ensaio clínico paralelo também colhe acusações entre os detractores, que chegam a alegar que aquelas crianças não são americanas.

Contactada pelo PÚBLICO, Sonja M. McKinlay, presidente do New England Research Institute, explicou que o projecto envolve crianças “hispânicas (a maior parte das Caraíbas e da América Central), afro-americanas e haitianas – todos grupos étnicos da área de Boston”. E miúdos caucásios oriundos das zonas rurais de Maine. Um dos requisitos do NIDCR era mesmo, neste caso, a obrigatoriedade de as crianças falarem fluentemente inglês.

Os activistas já tentaram “furar” a teia nacional. “Estão a usar órfãos portugueses (oito a doze anos) sem o seu conhecimento, como se fossem baratos porcos-da-índia”, dizia Leo Kemeneff, participante numa discussão sobre pedofilia alojada na lusomundo.net. O cibernauta chega ao cúmulo de equiparar este “escândalo” ao da pedofilia.

Os consentimentos foram dados e a quantidade de órfãos é “mínima”. “Infelizmente, sabemos que o abuso sexual afecta muitas pessoas, de várias idades, vivendo em paz ou em guerra. Isso é que se tem de discutir. E não provocar: ‘Aqueles estão a estudar os rapazes pobres’ – é fácil fazer essa crítica”, diz Jorge Leitão, director do estudo em Portugal. ■

## Autorização de ex-provedor suscitou preocupações éticas

Luis Rebelo consentiu a participação de cerca de uma centena de alunos internos

Como os 507 participantes do “Casa Pia Study” são menores, os investigadores tiveram de obter o consentimento dos guardiões. O antigo provedor assinou por cerca de uma centena de alunos, o que suscitou dúvidas de natureza ética. Os investigadores só não solicitaram autorizações adicionais para não ferir a susceptibilidade de Luis Rebelo – afastado da Casa Pia pela tutela, na sequência de um comentário “triste” sobre o escândalo da pedofilia.

O formulário preenchido pelos encarregados de educação não esbarrou no crivo da Data Safety Monitoring Board (DSMB), a entidade que supervisiona o estudo realizado pelas universidades de Washington e de Lisboa. Mas seria apropriado, interrogava, uma só pessoa – o provedor – consentir na participação de um número tão elevado de alunos?

As cem crianças “cedidas” pelo provedor estavam à guarda do Estado, a quem cabia garantir-lhes todos os cuidados de saúde necessários. A DSMB levantava a hipótese de haver “conflito de interesses”, uma vez que as “crianças receberiam tratamento dentário grátis ao participar no estudo”. “Havia apenas um dentista a trabalhar, em ‘part-time’, para o sistema escolar inteiro [mais de quatro mil alunos] e a tratar apenas emergências”, recorda o investigador principal, Timothy A. DeRouen, num artigo da revista “Controlled Clinical Trials”. E, dados os fracos recursos financeiros, poucas famílias dos alunos externos tinham acesso a saúde oral. A conjugação destes dois factores “parece ter sido um incentivo para o provedor, tal como o foi para os pais”, acredita.

### Cooperação importante

A explicação inquietava a DSMB: oferecer cuidados médicos para conquistar para uma investigação pessoas que, de outro modo, ficariam com os dentes a apodrecer na boca poderia encerrar-se como um tipo de “coacção”. Venceu o contra-argumento: o tratamento a aplicar era genericamente aceite. E, se fosse a pagar, “a população-alvo não teria,

provavelmente, participado”, refere DeRouen.

A DSMB chegou a requisitar autorizações adicionais às dadas pelo provedor. Ceder ao pedido da DSMB era procurar “problemas”. Segundo DeRouen, temeu-se que tal diligência “fosse mal interpretada”, já que implicava “iniciar um processo de consentimento diferente do que está legalmente estabelecido em Portugal”. Poderia pensar-se “que estava a pôr-se em causa a integridade do provedor”, Luis Rebelo. A cooperação da direcção da escola lisboeta era, e é, tida como muito importante. O organismo americano acabou por render-se à evidência: em Portugal, bastava a palavra do guardião legal.

Michael Martin, director do estudo nos Estados Unidos, lembra que se foi “mais longe” do que é normal. As crianças assinaram formulários a autorizar a sua integração no “Casa Pia Study”. A equipa achou que, assim, obtinha maior cooperação. “Explicou-se-lhes tudo, até que podiam desistir a qualquer momento”, acrescenta Jorge Leitão, director do projecto em Portugal.

Apesar das sucessivas tentativas, não foi possível ouvir Luis Rebelo, que terá assinado o protocolo com as universidades sem consultar a tutela. “Tinha autonomia para o fazer”, diz Jorge Leitão. No ano passado, a provedoria revalidou a aprovação. ■ A.C.P.

## Amostra revalidada

No início dos trabalhos, os investigadores contactaram um total de 845 crianças. Obtiveram 647 consentimentos, sendo que 140 alunos foram excluídos por não terem cartões ou por apresentarem exposições prévias às amálgamas. Em 2002, quando o estudo ganhou fundos para mais cinco anos, voltou a pedir-se o consentimento aos guardiões legais. Apenas 31 não quiseram continuar. A amostra encolheu para cerca de 400, até porque alguns alunos já tinham saído da Casa Pia. Tão elevado número revela que “as famílias encaram o estudo como benéfico”, avaliam.

DAVID CLIFFORD



Luis Rebelo assinou protocolo sem consultar tutela